

# SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS .....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
CAPÍTULO I – TEORIA GERAL DO PROCESSO.....	27
1. Introdução.....	27
2. Princípios .....	29
2.1. Aspectos gerais .....	29
2.2. Princípios Fundamentais.....	32
2.2.1. Princípio do devido processo legal .....	34
2.2.2. Princípios do contraditório e da ampla defesa .....	35
2.2.3. Princípio do acesso à Justiça .....	39
2.2.4. Princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.....	40
2.2.5. Princípio da motivação.....	42
2.2.6. Princípio da publicidade.....	45
2.2.7. Princípio do juiz natural.....	47
2.2.8. Princípio da igualdade.....	48
2.2.9. Princípio da razoável duração do processo .....	51
2.2.10. Princípio da cooperação .....	52
2.3. Dicas importantes – Princípios Fundamentais.....	55
3. Organização judiciária.....	55
3.1. A organização judiciária no Brasil: aspectos iniciais.....	55
3.2. Órgãos do Poder Judiciário .....	56
3.2.1. O Supremo Tribunal Federal .....	57
3.2.2. O Conselho Nacional de Justiça .....	60
3.2.3. O Superior Tribunal de Justiça.....	61
3.2.4. Os Tribunais Regionais Federais e os Juízes Federais.....	71
3.2.5. Os Tribunais e Juízes do Trabalho.....	73
3.2.6. Os Tribunais e Juízes Eleitorais.....	75
3.2.7. Os Tribunais e Juízes Militares.....	77
3.2.8. Os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.....	78

3.2.9.	Funções essenciais à Justiça: Advocacia e Ministério Público .....	79
3.2.10.	Dicas importantes – Organização do Poder Judiciário .....	80
4.	Jurisdição .....	81
4.1.	Introdução: aspectos iniciais .....	81
4.2.	Princípios da Jurisdição .....	83
4.3.	Características .....	83
4.4.	Novos contornos da jurisdição .....	85
4.4.1.	A arbitragem como método alternativo de solução de conflitos .....	86
4.4.2.	A sentença arbitral .....	91
4.5.	Jurisdição voluntária .....	93
4.6.	Jurisdições especial e comum .....	93
4.7.	Limites da jurisdição nacional e da cooperação internacional .....	94
4.7.1.	Da cooperação nacional .....	97
5.	Competência .....	98
5.1.	Definição .....	98
5.2.	Critérios de fixação .....	102
5.3.	Competências relativa e absoluta .....	103
5.3.1.	Alegações de incompetência .....	104
5.3.2.	Dicas importantes – Competências relativa e absoluta .....	104
5.4.	Modificação da competência .....	105
5.5.	A competência em face dos Tribunais Superiores: posição sumular .....	106
<b>CAPÍTULO II – PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS E CONDIÇÕES DA AÇÃO ...</b>		109
1.	AÇÃO .....	109
1.1.	Conceito .....	109
1.2.	Teorias da ação .....	110
1.3.	Condições da ação .....	110
1.4.	Noções introdutórias das condições da ação .....	112
1.5.	Condições da ação e mérito .....	116
1.6.	Interesse de agir .....	117
1.7.	Legitimação para a causa .....	120
2.	Processo e procedimento .....	123
2.1.	Pressupostos processuais .....	124
2.1.1.	Pressupostos de existência .....	126
2.1.2.	Pressupostos de validade (de desenvolvimento) .....	126
2.1.3.	Pressupostos processuais negativos .....	126
<b>CAPÍTULO III – ATOS PROCESSUAIS .....</b>		127
1.	Classificação dos atos processuais .....	129
1.1.	Atos das partes .....	129

1.2. Atos (pronunciamentos) do juiz.....	130
1.3. Atos do escrivão ou chefe da secretaria.....	132
2. Do tempo e do lugar dos atos processuais.....	132
3. Comunicação dos atos processuais.....	134
3.1. Cartas.....	134
3.2. Citação.....	134
3.3. Intimação.....	136
4. Prazos processuais.....	138
5. Negócios jurídicos processuais.....	141
<b>CAPÍTULO IV – PARTES, PROCURADORES, LITISCONSÓRCIO E TERCEIROS.....</b>	<b>149</b>
1. Partes: capacidades.....	149
1.1. Ação do absolutamente incapaz.....	150
1.2. Ação do relativamente incapaz.....	150
1.3. Ação contra o absolutamente incapaz.....	150
1.4. Ação contra o relativamente incapaz.....	150
1.5. Pessoas casadas.....	151
1.6. Capacidade postulatória.....	152
2. Partes: sucessão.....	155
2.1. Dos deveres das partes e de seus procuradores e da responsabilidade das partes por dano processual.....	156
2.2. Das despesas, dos honorários advocatícios e das multas.....	158
3. Dos procuradores.....	164
4. Ministério Público.....	166
5. Litisconsórcio.....	168
5.1. Litisconsórcio necessário e facultativo.....	169
5.2. Litisconsórcio unitário e simples.....	171
5.3. Dicas importantes – Litisconsórcio.....	172
6. Intervenção de terceiros.....	173
6.1. Assistência simples e litisconsorcial.....	174
6.2. Denúnciação da lide.....	176
6.3. Chamamento ao processo.....	178
6.4. Desconsideração da personalidade jurídica.....	179
6.4.1. Aspectos introdutórios.....	179
6.4.2. Aspectos básicos a respeito da personalidade jurídica.....	181
6.4.3. A desconsideração da personalidade jurídica no sistema brasileiro.....	182
6.4.4. A desconsideração da personalidade jurídica no Código Civil de 2002: a caracterização do abuso da pessoa jurídica.....	184

6.4.5.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Defesa do Consumidor .....	185
6.4.6.	A desconsideração da personalidade jurídica na Nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) .....	187
6.4.7.	A desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil.....	190
6.4.8.	O procedimento da desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil .....	191
6.5.	<i>Amicus curiae</i> .....	193
6.6.	Dicas importantes – Intervenção de terceiros.....	196
<b>CAPÍTULO V – NULIDADES</b> .....		197
1.	A doutrina de Galeno Lacerda .....	197
2.	A doutrina de Aroldo Plínio Gonçalves .....	200
3.	Doutrina de José Joaquim Calmon de Passos.....	201
4.	A doutrina de Teresa Arruda Alvim.....	205
5.	A doutrina de Antonio do Passo Cabral .....	206
6.	A escala da inexistência às meras irregularidades .....	208
7.	Nulidades de fundo e de forma .....	208
8.	Nulidades cominadas e não cominadas .....	208
9.	Sanação do vício e sanção da nulidade .....	209
10.	Nulidades em espécie .....	210
10.1.	Citação .....	210
10.1.1.	Citação de pessoa física pelo correio.....	211
10.1.2.	Citação de pessoa jurídica pelo correio.....	213
10.1.3.	Citação por oficial de justiça.....	213
10.1.3.1.	Citação com hora certa .....	214
10.1.4.	Citação por edital .....	214
10.1.5.	Citação por meio eletrônico .....	215
10.1.6.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria, se o citando comparecer em cartório.....	215
10.2.	Intimações.....	215
10.3.	Defesa por curador especial.....	219
10.4.	Ministério Público como fiscal da ordem jurídica.....	220
10.5.	Impedimentos e exceções processuais.....	225
10.6.	Morte de uma das partes .....	226
10.7.	Procurador da parte.....	227
10.8.	Perito sem habilitação legal .....	228
10.9.	Fundamentação das decisões.....	229
10.10.	Denúnciação da lide .....	231
10.11.	Cerceamento de defesa .....	232

10.12. Violação do princípio da publicidade .....	233
10.13. Errada indicação do nome da parte na sentença .....	234
10.14. Decisão <i>citra petita</i> .....	234
10.15. Sentença <i>ultra petita</i> .....	235
10.16. Sentença <i>extra petita</i> .....	235
10.17. Execução .....	235
10.17.1. Título executivo inexistente ou deficiente .....	235
10.17.2. Penhora.....	236
10.17.3. Avaliação.....	237
10.17.4. Excesso de execução .....	237
10.17.5. Falta de assinaturas no auto de arrematação.....	237
10.17.6. Arrematação por preço vil .....	237
10.17.7. Prescrição.....	237
10.17.8. Obrigação de fazer.....	238
<b>CAPÍTULO VI – DA DISTRIBUIÇÃO E DO REGISTRO .....</b>	<b>239</b>
1. Elementos e estrutura.....	239
<b>CAPÍTULO VII – TUTELA PROVISÓRIA.....</b>	<b>241</b>
1. Da tutela provisória .....	241
2. Fundamento constitucional .....	245
3. Da recorribilidade.....	246
4. Provisoriedade e eficácia.....	247
5. Medidas e efetivação da tutela provisória.....	248
6. Competência .....	249
7. Tutela de urgência.....	249
8. Tutela antecipada e a irreversibilidade .....	252
9. Tutela cautelar .....	253
10. Tutela da evidência .....	253
11. Procedimento da tutela antecipada antecedente.....	257
11.1. Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	258
12. Procedimento da tutela cautelar antecedente .....	261
13. Decisão, eficácia, mutabilidade e revogação .....	263
14. Dicas importantes – Tutela provisória.....	264
<b>CAPÍTULO VIII – FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO...</b>	<b>265</b>
1. Formação do processo .....	265
2. Suspensão do processo .....	266
3. Extinção do processo.....	270
4. Dicas importantes – Estrutura processual.....	271

<b>CAPÍTULO IX – PROCESSO DE CONHECIMENTO.....</b>	<b>273</b>
1. Petição inicial .....	273
1.1. Conceito .....	273
1.2. Requisitos .....	273
1.3. O Pedido .....	279
1.4. Posturas do juiz diante da petição inicial .....	282
1.5. Da improcedência liminar do pedido .....	284
2. Audiência de conciliação ou de mediação .....	286
2.1. Estrutura geral .....	286
3. Atitudes do réu .....	289
3.1. Introdução .....	289
3.2. Contestação .....	289
3.3. Reconvenção .....	296
4. Revelia .....	298
4.1. Introdução .....	298
4.2. Efeitos da revelia .....	299
4.2.1. Presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor (art. 344) .....	299
5. Das providências preliminares e do saneamento .....	300
6. Julgamento conforme o estado do processo .....	301
6.1. Da extinção do processo .....	301
6.2. Do julgamento antecipado do mérito .....	302
6.3. Do julgamento antecipado parcial do mérito .....	302
6.4. Do saneamento e da organização do processo .....	303
7. Audiência de instrução e julgamento .....	305
7.1. Disposições gerais .....	305
7.2. Os debates orais e os memoriais escritos .....	307
7.3. O encerramento da audiência .....	308
<b>CAPÍTULO X – PROVAS .....</b>	<b>309</b>
1. Disposições gerais .....	309
2. Objeto .....	311
3. Ônus da prova .....	311
4. Provas em espécie .....	313
4.1. Da produção antecipada da prova (arts. 381 a 383) .....	313
4.2. Da ata notarial (art. 384) .....	315
4.3. Do depoimento pessoal (arts. 385 a 388) .....	315
4.4. Da confissão (arts. 389 a 395) .....	317
4.5. Da exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404) .....	318
4.6. Da prova documental (arts. 405 a 441) .....	320
4.7. Da prova testemunhal .....	321

4.8. Da prova pericial.....	323
4.9. Da inspeção judicial.....	324
4.10. Dicas importantes – Prova .....	325
<b>CAPÍTULO XI – DA SENTENÇA.....</b>	<b>327</b>
1. Sentença .....	327
1.1. Aspectos iniciais .....	327
1.2. Sentença no CPC .....	328
1.3. Espécies de sentenças .....	329
1.4. Destinatários, eficácia e efeitos da sentença .....	333
1.5. Elementos e aspectos de relevo da sentença.....	334
1.6. Sentença e o dever de fundamentação.....	337
1.7. Dicas Importantes – Sentença .....	341
<b>CAPÍTULO XII – A ESTABILIDADE DAS DECISÕES JUDICIAIS.....</b>	<b>343</b>
1. Introdução.....	343
2. Mecanismos de estabilidade das decisões judiciais .....	344
2.1. A coisa julgada.....	344
2.2. A preclusão.....	348
2.3. O trânsito em julgado .....	349
<b>CAPÍTULO XIII – DA COISA JULGADA .....</b>	<b>353</b>
1. Elementos para a formação da coisa julgada .....	353
1.1. Introdução .....	353
1.2. A formação da coisa julgada: A doutrina da triplíce identidade ( <i>træ eadem</i> ) como suporte para A formação da coisa julgada.....	353
2. A coisa julgada como a imutabilidade da decisão de mérito.....	355
2.1. Introdução.....	355
2.2. Coisa julgada material x formal .....	355
2.2.1. Coisa julgada material: a verdadeira <i>res iudicata</i> .....	356
3. Limites da coisa julgada.....	358
3.1. Introdução.....	358
3.2. Limites subjetivos.....	358
3.3. Limites objetivos .....	361
3.4. Limites temporais.....	363
3.5. Limites territoriais .....	364
4. A coisa julgada como garantia constitucional.....	365
4.1. Introdução.....	365
4.2. Fundamentos políticos da coisa julgada .....	367
4.3. O direito fundamental à coisa julgada.....	368
4.4. Alcance da coisa julgada como garantia constitucional .....	369

5.	A coisa julgada no direito processual civil .....	370
5.1.	Introdução .....	370
5.2.	A coisa julgada no CPC.....	371
5.2.1.	A coisa julgada e sua definição: a interpretação do art. 502... ..	371
5.2.2.	A coisa julgada e seu limite objetivo: a interpretação do art. 503 .....	372
5.2.3.	Questões que não fazem coisa julgada: a interpretação do art. 504 .....	375
5.2.4.	Limite temporal da coisa julgada: a interpretação do art. 505 .....	376
5.2.5.	Limites subjetivos da coisa julgada: a interpretação do art. 506 .....	377
5.2.6.	Interpretação do art. 274 do CC à luz do art. 506 do CPC... ..	381
5.2.7.	Preclusão e coisa julgada: a interpretação do art. 507 .....	382
5.2.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada: a interpretação do art. 508 .....	385
<b>CAPÍTULO XIV – DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS .....</b>		<b>387</b>
1.	Da ordem dos processos no tribunal .....	387
1.1.	Distribuição, conexão e prevenção .....	388
1.2.	Atuação e incumbência do relator.....	388
1.3.	Julgamento .....	394
1.3.1.	Julgamento estendido.....	399
1.3.2.	Os votos e acórdãos .....	400
2.	Incidente de assunção de competência .....	401
2.1.	Cabimento e generalidades.....	401
2.2.	Repercussão social e questão relevante .....	402
2.3.	Objetivo.....	404
2.4.	Legitimidade.....	405
2.5.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	405
2.6.	Recursos cabíveis.....	406
3.	Incidente de arguição de inconstitucionalidade .....	406
3.1.	Aspectos iniciais e natureza jurídica .....	406
3.2.	Da permissão constitucional.....	406
3.3.	Da legitimidade, momento e preclusão .....	407
3.4.	Procedimento, julgamento e efeitos.....	407
4.	Conflito de competência .....	409
4.1.	Generalidades, cabimento e legitimidade .....	409
4.2.	Procedimento, decisão e efeitos .....	410
5.	Homologação de decisão estrangeira e da concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória .....	411



5.1.	Generalidades, cabimento e homologação.....	411
5.2.	Requisitos.....	413
5.3.	Do cumprimento da decisão.....	414
6.	Ação rescisória.....	415
6.1.	Conceito e generalidade.....	415
6.2.	Decisão que pode ser rescindida.....	418
6.3.	Cabimento.....	419
6.4.	Legitimidade.....	425
6.5.	Prazo decadencial.....	426
6.6.	Processamento, procedimento, decisão, efeitos e recursos.....	427
7.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	429
7.1.	Generalidades e natureza jurídica.....	429
7.2.	Cabimento.....	430
7.3.	Legitimados.....	432
7.4.	Procedimento, decisão e efeitos.....	432
8.	Reclamação.....	436
8.1.	Generalidades.....	436
8.2.	Natureza jurídica.....	438
8.3.	Classificação da reclamação.....	442
8.4.	Cabimento.....	443
8.5.	Sujeitos da reclamação.....	444
8.6.	Procedimento, julgamento e efeitos da reclamação.....	446
<b>CAPÍTULO XV – DO SISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES.....</b>		<b>449</b>
1.	Precedentes.....	449
1.1.	Conceito de precedentes.....	450
1.2.	O Código de Processo Civil e o sistema dos precedentes à brasileira ...	453
1.2.1.	A fundamentação e estrutura dos precedentes.....	455
1.2.2.	A força dos precedentes e o fortalecimento institucional do Judiciário.....	457
1.2.2.1.	Os precedentes e a inconstitucionalidade.....	458
1.2.3.	Os precedentes à brasileira e os formadores de precedentes ...	460
1.2.4.	Influência, efeitos e superação dos precedentes.....	462
1.2.5.	Conflito entre precedentes.....	464
<b>CAPÍTULO XVI – RECURSOS.....</b>		<b>465</b>
1.	Teoria geral dos recursos.....	465
1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos.....	465
1.1.1.	Introdução: alguns aspectos iniciais.....	466
1.2.	Objetivo dos recursos.....	468
1.2.1.	Reforma.....	469

1.2.2.	Invalidação .....	470
1.2.3.	Esclarecimento .....	471
1.2.4.	Integração.....	471
1.3.	Prejuízo .....	471
1.4.	Reexame .....	472
1.5.	Dos princípios aplicáveis aos recursos .....	472
1.5.1.	Princípio da correspondência.....	472
1.5.2.	Princípio da unirrecorribilidade .....	473
1.5.3.	Princípio da taxatividade .....	474
1.5.4.	Princípio da fungibilidade recursal.....	475
1.5.5.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	479
1.5.6.	Princípio da proibição do <i>reformatio in pejus</i> .....	480
1.6.	Admissibilidade do recurso .....	483
1.6.1.	Legitimidade .....	484
1.6.2.	Interesse recursal.....	486
1.6.3.	Cabimento.....	487
1.6.4.	Tempestividade .....	487
1.6.5.	Preparo .....	489
1.6.6.	Regularidade formal .....	491
1.6.7.	Dialeiticidade .....	491
1.7.	Do juízo de recebimento, conhecimento e provimento dos recursos .....	493
1.8.	Efeitos dos recursos .....	494
1.8.1.	Efeito devolutivo .....	494
1.8.2.	Efeito translativo .....	496
1.8.3.	Efeito suspensivo.....	497
1.8.4.	Efeito obstativo.....	500
1.8.5.	Efeito ativo (suspensivo ativo) .....	500
1.9.	Recurso adesivo .....	501
1.10.	Desistência do recurso .....	503
1.11.	Renúncia ao direito de recorrer.....	504
1.12.	Irrecorribilidade dos despachos.....	505
1.13.	Impugnação total ou parcial da decisão .....	506
1.14.	Fluência e contagem dos prazos recursais.....	506
1.15.	Morte da parte ou do procurador .....	507
1.16.	Recurso interposto por um dos litisconsortes.....	508
1.17.	Trânsito em julgado e baixa dos autos do processo .....	509
1.18.	O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada.....	509
2.	Apelação.....	510
2.1.	Cabimento da apelação.....	511

2.2.	Procedimento, estrutura e prazo da apelação.....	513
2.3.	Apelação e os poderes do relator.....	515
2.4.	Efeito suspensivo da apelação: entre a regra e a exceção.....	517
2.5.	<i>Tantum devolutum quantum appellatum</i> .....	518
2.6.	Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga a tutela provisória.....	519
2.7.	Questões de fato não propostas no juízo inferior.....	520
3.	Agravo de instrumento.....	521
3.1.	Cabimento.....	521
3.2.	Requisitos e forma de interposição.....	526
3.3.	Formação do instrumento do agravo.....	526
3.4.	Meios de interposição do agravo de instrumento.....	527
3.5.	Da juntada aos autos de cópia da petição do agravo.....	528
3.6.	Do procedimento e julgamento.....	529
4.	Agravo interno.....	529
4.1.	Cabimento.....	530
4.2.	Competência.....	531
4.3.	Impugnação específica.....	531
4.4.	Contrarrazões e procedimento.....	532
4.5.	Reprodução dos fundamentos da decisão agravada.....	532
4.6.	Multa.....	533
5.	Embargos de declaração.....	534
5.1.	Cabimento.....	534
5.2.	Prazo.....	537
5.3.	Procedimento e julgamento.....	537
5.3.1.	Dos embargos como agravo interno.....	537
5.3.2.	Da complementação/alteração das razões dos recursos já interpostos.....	538
5.3.3.	Do efeito interruptivo nos embargos.....	538
5.3.4.	Concessão do efeito suspensivo nos embargos de declaração.....	538
5.3.5.	Embargos de declaração protelatórios e seus efeitos.....	538
6.	Recurso ordinário.....	539
6.1.	Recurso ordinário para o STF.....	539
6.2.	Recurso ordinário para o STJ.....	540
6.3.	Agravo de instrumento.....	540
6.4.	Causa madura.....	541
6.5.	Admissibilidade e procedimento nas causas internacionais.....	541
6.6.	Procedimento nas ações constitucionais perante o tribunal de origem.....	541

7.	Recursos Especial e Extraordinário .....	542
7.1.	Esgotamento das vias ordinárias .....	542
7.2.	Não cabe reexame de prova.....	543
7.3.	Necessário prequestionamento.....	543
7.4.	Inexistência automática de efeito suspensivo aos recursos especial e extraordinário .....	543
7.5.	Cabimento.....	544
7.5.1.	Cabimento do recurso extraordinário.....	544
7.5.2.	Cabimento do recurso especial.....	544
7.6.	Procedimento e processamento .....	545
7.6.1.	Da fungibilidade entre recurso extraordinário e especial ....	547
7.6.2.	Da repercussão geral.....	548
7.6.3.	Recurso Especial e a Arguição de Relevância .....	549
7.6.3.1.	Aspectos introdutórios.....	549
7.6.3.2.	Arguição de relevância .....	555
7.7.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos ....	561
8.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário .....	564
8.1.	Cabimento.....	564
8.2.	Procedimento e processamento .....	564
9.	Embargos de Divergência .....	565
9.1.	Cabimento.....	565
9.2.	Procedimento e processamento .....	567
10.	Dicas importantes – Recursos.....	567
10.1.	Jurisprudência do STJ.....	572
<b>CAPÍTULO XVII – LIQUIDAÇÃO .....</b>		<b>575</b>
1.	Liquidação de sentença .....	575
1.1.	Generalidades .....	575
1.2.	Natureza jurídica .....	576
1.3.	Legitimados.....	577
1.4.	Cabimento e procedimento .....	578
1.5.	Liquidação e coisa julgada .....	581
1.6.	Dicas importantes – Liquidação.....	582
<b>CAPÍTULO XVIII – EXECUÇÃO .....</b>		<b>585</b>
1.	Introdução e panorama da tutela executiva .....	585
2.	Da autonomia ao sincretismo da tutela executiva.....	586
3.	Da estrutura da tutela executiva no CPC .....	588
3.1.	Da patrimonialidade .....	588
3.2.	Desfecho único .....	589

3.3.	Da respeitabilidade da boa-fé .....	590
3.4.	Da transparência patrimonial .....	591
3.5.	Da adequação .....	591
4.	Princípios específicos da execução .....	592
4.1.	Princípio da máxima utilidade da execução.....	594
4.2.	Princípio do menor sacrifício do executado.....	595
4.3.	Princípio da <i>nulla executio sine titulo</i> .....	597
4.4.	Princípio da taxatividade .....	599
5.	Requisitos para a execução .....	601
5.1.	Ponto de esclarecimento sobre os requisitos.....	602
5.2.	Liquidez.....	603
5.3.	Certeza .....	604
5.4.	Exigibilidade .....	604
5.5.	Inadimplemento .....	605
5.6.	Cumulação de execuções.....	605
5.7.	Um estudo do direito sumular .....	606
6.	Espécies de títulos executivos.....	607
6.1.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC .....	607
6.1.1.	A aplicação do direito intertemporal e os títulos executivos extrajudiciais.....	607
6.1.2.	Títulos executivos extrajudiciais no CPC.....	609
6.1.2.1.	Cédula de Produto Rural como título executivo extrajudicial .....	612
6.1.2.2.	Requisitos da Cédula de Produto Rural (CPR) ....	612
6.2.	Títulos executivos judiciais no CPC .....	613
7.	Modalidades executivas.....	617
7.1.	Cumprimento de sentença.....	617
7.1.1.	Noções gerais .....	617
7.1.2.	Características .....	618
7.1.3.	Execução definitiva e provisória.....	618
7.1.4.	O cumprimento da sentença e seus requisitos necessários .....	620
7.1.5.	A definição da competência no cumprimento da sentença.....	622
7.1.6.	A constituição de capital.....	623
7.1.7.	Impugnação ao cumprimento da sentença .....	623
7.1.7.1.	Noções gerais .....	623
7.1.7.2.	Legitimidade .....	624
7.1.7.3.	Prazo .....	625
7.1.7.4.	Casos de cabimento da impugnação.....	625
7.1.7.5.	Do efeito suspensivo .....	626
7.1.7.6.	Dos recursos.....	627

7.2.	Execução de título executivo extrajudicial .....	628
7.2.1.	Aspectos introdutórios .....	628
7.2.2.	Legitimados .....	628
7.2.3.	Demanda executiva e seus aspectos, desistência e efeitos ...	629
7.2.4.	A escolha dos bens .....	629
7.2.5.	Da condição ou termo e da cumulação de execuções .....	629
7.2.6.	Da responsabilidade do exequente, das multas e indenizações .....	629
7.2.7.	Da competência .....	630
7.2.8.	Do título executivo e da exigibilidade da obrigação .....	630
7.2.9.	Da responsabilidade patrimonial .....	631
7.2.10.	Aspectos gerais, petição inicial executiva, documentos necessários e demais aspectos da execução extrajudicial ...	633
7.3.	Execução por quantia certa contra devedor solvente .....	636
7.3.1.	Aspectos gerais .....	636
7.3.2.	Da penhora de bens e seus consectários .....	638
7.3.3.	Da penhora de créditos .....	642
7.3.4.	Da penhora das quotas ou das ações de sociedades personalizadas .....	643
7.3.5.	Da penhora de empresa, de outros estabelecimentos e de semoventes .....	644
7.3.6.	Da penhora de percentual de faturamento de empresa .....	645
7.3.7.	Da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel .....	646
7.3.8.	Da avaliação .....	647
7.3.9.	Da adjudicação .....	648
7.3.10.	Da alienação por iniciativa do particular .....	649
7.3.11.	Da alienação por leilão judicial eletrônico ou presencial ...	650
7.3.12.	Da satisfação do crédito .....	654
7.4.	Execução para entrega de coisa .....	655
7.5.	Execução das obrigações de fazer e de não fazer .....	657
7.6.	Da execução fiscal .....	658
7.6.1.	Da averbação pré-executória .....	661
7.7.	Embargos à execução .....	662
7.8.	Da suspensão da execução .....	666
7.9.	Da extinção do processo de execução .....	667
8.	Dicas importantes – Execução .....	667
8.1.	Jurisprudência do STJ .....	669
<b>CAPÍTULO XIX – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS .....</b>		<b>671</b>
1.	Dos procedimentos especiais: elementos, estrutura, procedimentos e formas .....	671

1.1.	Introdução: alguns aspectos históricos .....	671
1.2.	Procedimentos especiais de jurisdição contenciosa .....	672
1.2.1.	Ação de consignação em pagamento.....	672
1.2.2.	Ação de exigir contas .....	677
1.2.3.	Ações possessórias.....	679
1.2.3.1.	Manutenção e reintegração de posse .....	684
1.2.3.2.	Interdito proibitório .....	685
1.2.4.	Ação de divisão e demarcação de terras particulares .....	686
1.2.4.1.	Aspectos gerais.....	686
1.2.4.2.	Da demarcação .....	687
1.2.4.3.	Da divisão.....	689
1.2.5.	Ação de dissolução parcial de sociedade .....	691
1.2.6.	Inventário e partilha .....	694
1.2.7.	Embargos de terceiro .....	703
1.2.8.	Oposição .....	705
1.2.9.	Habilitação .....	706
1.2.10.	Das ações de família.....	707
1.2.11.	Ação monitória.....	709
1.2.12.	Homologação do penhor legal .....	711
1.2.13.	Da regulação de avaria grossa .....	713
1.2.14.	Da restauração de autos .....	715
1.3.	Procedimentos especiais de jurisdição voluntária.....	716
1.3.1.	Disposições gerais .....	716
1.3.2.	Da notificação e da interpelação .....	717
1.3.3.	Da alienação judicial.....	718
1.3.4.	Do divórcio e da separação consensuais, da extinção consensual de união estável e da alteração do regime de bens do matrimônio.....	718
1.3.5.	Testamentos e codicilos .....	720
1.3.6.	Da herança jacente.....	722
1.3.7.	Dos bens dos ausentes .....	724
1.3.8.	Das coisas vagas.....	725
1.3.9.	Da interdição .....	725
1.3.10.	Das disposições comuns à tutela e à curatela .....	729
1.3.11.	Da organização e da fiscalização das fundações .....	730
1.3.12.	Da ratificação dos protestos marítimos e dos processos testemunháveis formados a bordo .....	732
1.4.	Dicas importantes – Procedimentos especiais.....	733
1.5.	Jurisprudência do STJ.....	734
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>737</b>